

Candidatos financiam fake news nas redes

ELEIÇÕES 2022

MENTIRA PATROCINADA
Redes abrem brecha, e candidatos financiam fake news e ataques às urnas

sonar
A ESCUTA DAS REDES

MARLEN COUTO
marlen.couto@oglobo.com.br

A menos de dois meses da eleição, candidatos têm explorado brechas no Facebook e Instagram para impulsionar mensagens com fake news e ataques ao processo eleitoral brasileiro. Entre 26 de junho e 31 de julho, ao menos 21 anúncios com desinformação sobre o tema foram autorizados pela Meta, empresa que controla as plataformas. Há, por exemplo, conteúdos que põem em dúvida a apuração do pleito de 2020, afirmam que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já conhecem os resultados da votação que ocorrerá em outubro e lançam teorias da conspiração sobre as urnas eletrônicas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) veda que postulem a cargos eletivos disseminem fatos "sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados" a respeito do sistema eleitoral. O levantamento, feito a pedido do GLOBO, foi realizado pelo NetLab, laboratório vinculado à UFJRJ. A circulação dos anúncios é possível porque não há regras das redes proibindo expressa as alegações falsas de fraude ou a postagem de conteúdos de desconfiança sobre a confiabilidade das urnas, destacam os pesquisadores. Os dados foram levantados por meio da API da biblioteca de anúncios da Meta, que permite a captura das informações de forma automatizada.

RESULTADO "ESTRANHADO"
A disseminação partiu de perfis de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), que também tem feito seguidos ataques ao sistema eleitoral. A maior parte dos anúncios foi paga por candidatos a deputado federal ou estadual filiados a partidos próximos ao Planalto, como PL, Republicanos, PP, PSC e Patriota. O investimento por anúncio variou em faixas entre R\$ 100 e R\$ 600, segundo dados da Meta, que trazem estimativas. O alcance total ficou em torno de 500 mil impressões, ou seja, o número de vezes em que as mensagens apareceram para os usuários. O deputado federal Coronel Armando (PL-SC), por exemplo, declarou apoio a "um plano de fiscalização paralelo às eleições" atribuído às Forças Armadas. No texto, ele afirma que os militares "parecem mais comprometidos com a transparência e lisura das urnas eletrônicas do que os órgãos responsáveis pelas eleições". Já o ex-deputado federal Evandro Roman (PP-PR) pagou por dois anúncios em que alega que o projeto do voto impresso, derrotado na Câmara, permitiria "uma auditoria para validar os resultados das eleições".

Samara Castro, advogada e especialista em proteção de dados

ANÚNCIOS CONTRA O SISTEMA ELEITORAL

Pesquisa identificou ao menos 21 casos de postagens patrocinadas no Facebook e Instagram no mês passado

Coronel Armando (PL-SC)
49.752 seguidores
21.175 seguidores

Deputado Coronel Armando
Patrocinado - Pago por Deputado Coronel Armando
As Forças Armadas parecem mais comprometidas com a transparência e lisura das urnas eletrônicas do que os órgãos responsáveis pelas eleições...



Anúncio no ar de 14 a 20 de julho
O deputado federal defende que as Forças Armadas façam uma fiscalização paralela e afirma que a instituição parece mais "comprometida com a transparência e lisura das urnas eletrônicas" que os órgãos responsáveis.

Mauro Fiuzza (PSC-RS)
3.056 seguidores
9.733 seguidores

Maurinho Fiuzza
Patrocinado - Pago por Mauro Fiuzza
BRASIL CONFERENCE - O ANÚNCIO DO GOLPE 1911
MAURINHO FIUZZA

Anúncio no ar de 9 a 13 de julho
Candidato a deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, Mauro fala em "anúncio de uma fraude, de um golpe nas urnas eletrônicas", ao citar um evento nos EUA em novembro que terá a participação de ministros do STF.

REGRA DA JUSTIÇA ELEITORAL

Resolução do TSE que normatiza a propaganda eleitoral nas eleições de 2022 proíbe a divulgação de "fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados" que atinjam a integridade do processo eleitoral...

REGRAS PARA ANÚNCIOS DA META

A Justiça Eleitoral, a partir de requerimento do Ministério Público, pode determinar, nesses casos, que o conteúdo desinformativo seja retirado do ar e apure a responsabilização penal, abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação.

Rose Marie Santini, coordenadora do NetLab

"A investigação depende da verificação dos valores e da origem deles, se configuram abuso de poder econômico"

Evandro Roman (PP-PR)
82.327 seguidores
10.364 seguidores

Evandro Roman
Patrocinado - Propaganda Eleitoral - Evandro Roman
Voto auditável é usado para se referir ao voto impresso. Acredito que a implantação desse sistema permitirá uma auditoria para validar os resultados, garantir e dar mais transparência a todo processo eleitoral...



Anúncio no ar de 28 a 31 julho
O ex-deputado federal pagou por dois anúncios em que ressalta que votou a favor do "voto impresso auditável" e diz que sua implantação permitirá uma auditoria para validar os resultados das eleições.

Major Ricardo Silva (PRTB-SP)
45.736 seguidores
9.678 seguidores

Major Ricardo Silva
Patrocinado - Pago por Major Ricardo Silva
Live n° 4
Major Ricardo Silva
Pte Candidato
Deputado Estadual
Participação Especial: Sonia Nogueira...

Anúncio no ar de 9 a 10 de julho
O pré-candidato a deputado estadual por São Paulo diz que percebeu "coisas estranhas" nas eleições de 2020, quando concorreu a vereador. Ele afirma que havia candidatos comemorando antes da apuração e que o resultado "foi estranho" porque seus votos não acompanharam seu engajamento nas redes.

REGRAS PARA ANÚNCIOS DA META

Os anúncios não podem violar os padrões da comunidade das plataformas. O Facebook remove desinformação "que pode contribuir ou contribuir diretamente para o risco de interferência na capacidade das pessoas participarem" das eleições.

"Economia do Brasil com o novo governo". Fiuzza fala em "anúncio de uma fraude, de um golpe nas urnas". Já o pré-candidato a deputado estadual por São Paulo Major Ricardo Silva (PRTB), ao comentar o encontro de Bolsonaro com embaixadores, afirmou que percebeu "coisas estranhas" na eleição de 2020, quando concorreu a vereador. Ele diz que havia candidatos comemorando antes da divulgação da apuração e que o resultado "foi estranho", porque o número de votos que recebeu não acompanhou o engajamento que recebia nas redes.

Outra mensagem conspiracionista foi impulsionada pela pré-candidata a deputada federal Tatiana Mandelli (Republicanos-BA). Na publicação, ela cita um contrato da multinacional Oracle com o TSE para questionar a contagem de votos. "Como proteger nossa cidadania se uma empresa estrangeira, globalista, que pertence aos donos do mundo vai contabilizar nossos votos?", questiona. A empresa forneceu ao TSE dois supercomputadores que armazenam os dados, mas quem faz a contagem dos votos é o tribunal.

A Meta proíbe anúncios que violem as regras de desinformação, mas ataques às urnas e alegações de fraude não estão

Número de seguidores Facebook Instagram

Tatiana Mandelli (Republicanos-BA)
7.418 seguidores

Tatiana Mandelli
Patrocinado - Propaganda Eleitoral - Tatiana Mandelli
O sistema que usamos na contagem dos votos presentes das urnas eletrônicas é da empresa Oracle. Confirme o registro de seu TSE. Entre esse sistema e o sistema Oracle TSE, a contagem dos votos não passa por auditoria, porque a Oracle já colocou empresa a fornecer o sistema, portanto, os militares pagam a eles não podem ser desafiados. Se que a empresa que quer ter como principais acionistas, etc, etc, etc.



Anúncio no ar de 20 a 24 de julho
A pré-candidata cita contrato com multinacional Oracle para lançar dúvidas e questionar a interferência da empresa sobre a contabilização dos votos nas eleições. A Oracle forneceu ao TSE dois supercomputadores, mas quem faz a contagem dos votos é o tribunal.

Felipe Lintz (Patriota-SP)
276.785 seguidores
19.451 seguidores

Felipe Lintz
Patrocinado - Pago por Felipe Lintz
Lula acabou de ser detido, a vida em entrevista
Resultado: penhora à linha, penhora e foi desmarcado
Atenção: este vídeo foi transmitido ao vivo mas o vídeo não gravado
FELIPE LINTZ: JORNALISTA CORAJOSO ENQUADRA LULA AO VIVO E RELEMBRA OS ROUBOS DO PT

Anúncio no ar de 1 a 4 de julho
Pré-candidato a deputado federal por São Paulo, Lintz patrocinou um vídeo em que defende o "voto impresso e auditável" e afirma que a única coisa que Bolsonaro e a população brasileira querem são "eleições verdadeiramente limpas, nada além disso".

REGRAS PARA ANÚNCIOS DA META

Na lista de proibições, não há referência a fraude eleitoral ou ataque às urnas eletrônicas. A Meta também proíbe anúncios com conteúdo que já foi desmentido por verificadores de fatos independentes.

Editoria de Arte

entre os itens barrados. A única forma de uma mensagem com esse teor não ser impulsionada é se reproduzir um conteúdo desmentido por checadores de fatos independentes parceiros da empresa. Anúncios classificados como sensíveis, ligados a temas sociais, política e eleições, ganham mais transparência e ficam armazenados na biblioteca pública da Meta. A classificação é feita por cada anunciante e revisada pela plataforma, com um sistema automatizado e curadoria humana, antes de o anúncio ser lançado. Especialistas alertam que não há como garantir que todos os anúncios com ataques ao sistema eleitoral sejam autodeclarados corretamente e revisados pelo sistema automatizado.

As plataformas não querem investir em transparência nem assumir publicamente nenhum tipo de moderação de conteúdo. Elas são capazes de moderar conteúdo e o fazem rotineiramente, porém os critérios são mantidos em segredo. O respeito às leis locais e a transparência na moderação de conteúdo são fundamentais para a proteção da nossa democracia — avalia a coordenadora do NetLab, Rose Marie Santini.

NORMA PREVÊ RETIRADA

No ano passado, o TSE incluiu na resolução que normatiza a propaganda eleitoral o veto à divulgação de mentiras e descontextualizações sobre o pleito. O texto previa que a Justiça Eleitoral, a partir de requerimento do Ministério Público, determinasse que o conteúdo desinformativo seja tirado do ar, além de uma apuração sobre a responsabilidade penal, abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação.

Essa investigação depende da verificação dos valores gastos e da origem dos recursos, se configuram abuso de poder econômico, e se podem caracterizar uso indevido dos meios de comunicação. Nesse caso, há discussão se o entendimento sobre meios de comunicação se aplica à internet e se pode ser aplicado antes de as candidaturas serem registradas — explica a vice-presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ, Samara Castro.

Em fevereiro, o TSE firmou um acordo com a Meta que prevê acesso à API da biblioteca de anúncios. O tribunal informou que a equipe técnica está trabalhando para implementar a medida e que não há servidores dedicados especificamente ao monitoramento de anúncios. O GLOBO procurou os responsáveis pelos perfis citados para comentarem as alegações de fraude e ataques às urnas, mas não houve resposta. A Meta não quis comentar.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Política **Página:** 4